



O PRIMEIRO MAPA DO DISTRITO FEDERAL NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

Um ilustre desconhecido

Elias Manoel da Silva

Resumo

Tendo por foco o mapa “Novo Distrito Federal – Planta índice cadastral” - 1958, de autoria do engenheiro Joffre Mozart Parada, levantamos indagações sobre sua confecção, significado e precedência cartográfica.

O caminho trilhado é o dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, cuja documentação, digitalizada, faz parte da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal. Criada pelo governo de Goiás e atuante entre os anos de 1955 e 1958, a comissão goiana teve por objetivo principal promover a desapropriação das fazendas no quadrilátero definido para implantação da nova capital do Brasil. Território este, que serviu à colonização portuguesa e ao período imperial e estava, em meados do século XX, permeado por fazendas privadas, distribuídas e estabelecidas no espaço segundo acordos sociais regionais. Esta organização viu-se submetida à nova ordem social imposta pelo Estado e representada nos planos de edificação da nova capital para a Nação.

Nesse contexto sócio-político, mostraremos a criação do primeiro mapa do Distrito Federal, elaborado com base no estudo histórico e jurídico da cadeia dominial das fazendas, nas incursões em campo para definir a orografia e hidrografia da região e, finalmente, nas análises feitas sobre imagens aerofotogramétricas, cedidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás, para a definição das dimensões e limites das propriedades.

Concomitante a esse estudo, procura-se também responder à polêmica de um outro “primeiro” mapa do Distrito Federal organizado pelo engenheiro e cartógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Clóvis de Magalhães, publicado em 1958.

Palavras-chave: Brasília – Cartografia – Fazendas



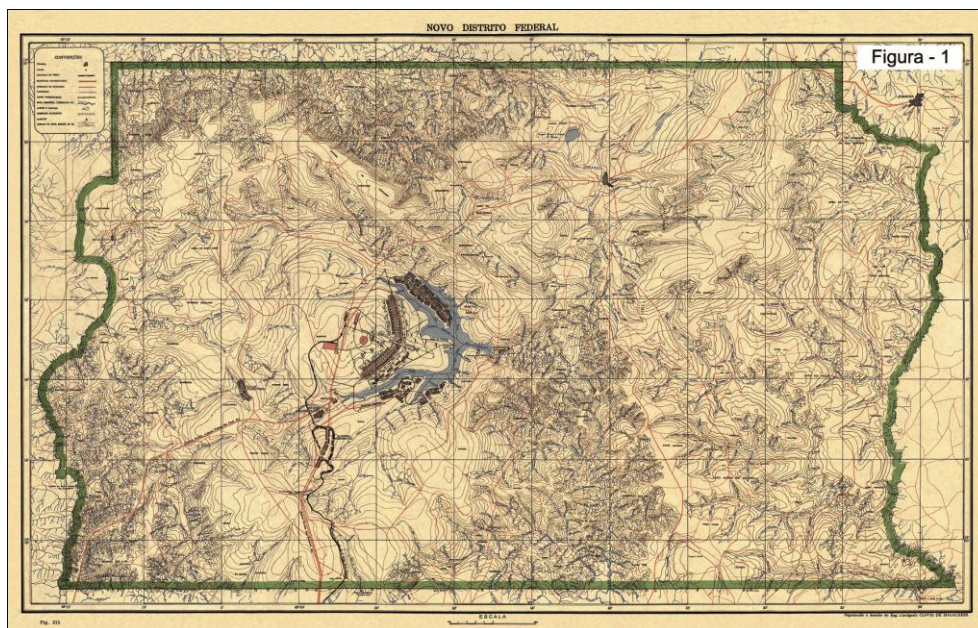
Introdução

Como e quando foi criado o primeiro mapa do Distrito Federal, espaço que abriga a terceira capital do Brasil, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960?

A resposta parece óbvia se levarmos em conta a publicação, *"Veredas de Brasília - as expedições geográficas em busca de um sonho"*, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, que afirma ser o mapa criado pelo servidor daquela instituição, o engenheiro e cartógrafo Clóvis de Magalhães, impresso em 1958 pelo Serviço Gráfico do IBGE (SENRA, 2010, p. 8). (FIGURA 1)

Contudo, estudos feitos a partir da documentação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, criada pelo governo de Goiás para, além de outras atividades, iniciar as desapropriações no território definido como novo Distrito Federal no Planalto Central do Brasil, indicam que o mapa "Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral" – (FIGURA 2) – é anterior ao do engenheiro Clóvis de Magalhães.

Ao referendar o mapa da comissão goiana, queremos também resgatar um dos mais importantes engenheiros envolvidos, desde o início, na construção da nova capital, JOFFRE MOZART PARADA, contratado pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Formado em engenharia pela Escola de Ouro



Preto, além de autor do primeiro mapa do Distrito Federal, também foi o responsável, como engenheiro chefe da Divisão de Topografia



Urbana da NOVACAP, por “im-plantar”, no solo do Cerrado, o projeto urbano de Brasília do arquiteto e urbanista Lucio Costa (GUIMARÃES FILHO, 1989).

Ao analisarmos a documentação apresentada por Clóvis de Magalhães, em caixa-texto do referido mapa, encontramos:

A documentação cartográfica empregada na organização da Carta do Novo Distrito Federal foi obtida em colaboração com as seguintes entidades: CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA – restituições aerofotogramétricas de região. J. DONALD BELCHER – plantas e material informativo. GEOFOTO S.A – restituições aerofotogramétricas, locação das linhas geodésicas, pontos astronômicos, coordenadas geográficas, marcos, etc.. COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA A MUDANÇA DA CAPITAL - **mapas, informações, nomenclaturas, etc..** NOVACAP – Departamento de Arquitetura e Urbanismo (SENRA, 2010, p. 12). ¹ (grifo nosso)

Portanto, do ponto de vista das fontes, o mapa de Clóvis de Magalhães usou informações da cartografia da comissão goiana, confirmando que esta precedeu àquele.

O presidente da comissão goiana, Altamiro de Moura Pacheco, ciente da precedência do mapa criado por Joffre Mozart Parada, manifestou seu descontentamento acusando, do nosso ponto de vista, injustamente, o engenheiro Clóvis de Magalhães. Na publicação “*Primórdios de Brasília*”, onde presta conta de todos os trabalhos da Comissão de



¹ O mapa de Clóvis de Magalhães apresentado neste artigo faz parte de uma publicação, e, portanto, não tem a caixa-texto do original impresso.



Cooperação para a Mudança da Capital Federal, manifesta certa mágoa em relação ao descaso para com o mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” elaborado pela comissão goiana. Devido à importância para referendar a precedência entre os dois mapas, citemos:

[...] em 1958, a 30 de setembro, passei às mãos do Sr. Governador de Goiás um dossiê de cada fazenda do Distrito Federal, contendo estudos completos da documentação, **um mapa de suas divisas, além do mapa geral, elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada. Depois, viajando para o Rio, levei o original do mapa geral e o entreguei ao Dr. Israel Pinheiro que, na minha presença, o confiou ao Dr. Sigismundo de Araújo Melo a fim de ser impresso.** A impressão, de fato foi feita, mas, lamentavelmente, o Sr. Clóvis de Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor, retirando as lindes das respectivas fazendas. [...] Ficou assim prejudicado um belo trabalho que se executou, sob a mais pura das intenções (PACHECO, s.i, p. 39).² (grifo nosso)

É justo observar também que, se cotejarmos as fontes usadas por Joffre Mozart Parada e Clóvis de Magalhães, veremos que Joffre elaborou seu mapa a partir de “folhas cartográficas na escala 1:100.000 [...] confeccionadas pela Secção de Aerofotogrametria do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO)” (PACHECO, s.i, p. 71), de “fotografias aéreas, na escala aproximada de 1:25.000, cobrindo toda a área do novo Distrito Federal, conseguida da firma GEOFOTO S.A, do Rio de Janeiro, pela extinta Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil” (PACHECO, s.i, p. 72). Portanto, ambos os mapas partilharam de algumas fontes comuns.

Assim sendo, não concordamos com a afirmação de Altamiro de Moura Pacheco de que “lamentavelmente, o Sr. Clóvis de Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor” (PACHECO, s.i, p. 39). O que aconteceu foi que, de fato, ambos os mapas beberam em algumas mesmas fontes, sendo que o mapa do Conselho Nacional de Geografia do IBGE bebeu também na cartografia elaborada pela comissão goiana, confirmando que o trabalho cartográfico de Joffre Mozart Parada, de fato, é o primeiro mapa do novo Distrito Federal plantado em solo planaltino goiano.

² A obra de Altamiro de Moura reúne relatórios elaborados por membros da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e experiências pessoais do autor, enquanto Presidente da referida Comissão.



Discussões e mágoas à parte, cabe, contudo, uma ressalva: tendo em vista que o mapa de Joffre Mozart Parada foi entregue à NOVACAP, mas não foi impresso, é justo afirmarmos também que, se de um lado o mapa do engenheiro Clóvis de Magalhães não é anterior ao de Joffre Mozart Parada, é, entretanto, correto afirmar que foi o primeiro mapa “impresso” do novo Distrito Federal.

Fundamentemos também a precedência do mapa da comissão goiana a partir de uma informação específica: o nome das fazendas. Desconhecemos qualquer tipo de representação cartográfica das fazendas do atual território do Distrito Federal e arredores, anterior ao trabalho da comissão goiana.

Portanto, seria extremamente improvável a referência tão pormenorizada das fazendas, das casas de fazendas, da rica toponímia hidrográfica, usadas pelo engenheiro Clóvis de Magalhães no mapa do IBGE, se não contasse previamente com as pesquisas consolidadas pela comissão de cooperação goiana, por meio dos trabalhos do Joffre Mozart Parada, nas quais fez a “identificação dos cursos d’água, dos relevos topográficos, das entradas das sedes de fazendas, dos regos d’água, das cercas de arame, dos vales, etc., cujos conhecimentos julgávamos de utilidade” (PACHECO, s.i, p. 78).

Na linha de fundamentar a precedência, é bom lembrar também que ainda em 2 outubro de 1956, quando a construção de Brasília nem tinha iniciado, por ocasião da primeira visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao local onde a nova capital seria construída, quando questionado por JK sobre as terras adquiridas, Altamiro de Moura Pacheco respondeu: “Presidente, a essa pergunta melhor poderia eu responder na sala próxima, onde tenho mapas e documentos do nosso serviço” (PACHECO, s.i, p. 16). De fato, desde o início de 1956 a comissão goiana estava “completando no mapa do novo Distrito Federal, pelos documentos existentes nos cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa [...] a localização e definição das propriedades rurais existentes” (PACHECO, s.i, p. 42).

Ainda sobre a primeira visita de JK, um jornalista do Jornal “O Popular” que os acompanhava escreveu: “Encerrada a fala aos jornalistas, sobre a improvisada mesa de madeira, os srs. José Ludovico, Bernardo Sayão e Altamiro Pacheco mostraram [...] os mapas da região e o croqui do núcleo residencial pioneiro a ser levantado na Fazenda do Gama” (PACHECO, s.i, p. 16-17).



Todas essas referências nos levam a admitir a precedência do mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” do engenheiro Joffre Mozart Parada “que acompanhou os serviços de estudos, na apuração das glebas de terras de cada fazenda, em toda a área do quadrilátero” (GONZAGA, 1958).³

As desapropriações e a elaboração do primeiro mapa do Distrito Federal

Em 5 de outubro de 1955, por meio do Decreto nº 1.258, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, criava a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Sua primordial função entre outras, segundo o Decreto, era: “proceder aos estudos e entendimentos necessários à desapropriação das áreas destinadas ao novo Distrito Federal”, a expensas do estado de Goiás.

Criada a comissão goiana, urgentemente se iniciaram os trabalhos de campo. Foram criados “escritórios para compra de terras” (PACHECO, s.i, p. 7), nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa nos quais se instalaram “elementos de grande projeção jurídica e técnica” (PACHECO, s.i, p. 8). Entenda-se: Juízes de Direito, Juiz Corregedor, advogados, Promotor de Justiça, Oficiais dos Registros, Desembargador e engenheiros (PACHECO, s.i, p. 80-81), entre os quais “Joffre Mozart Parada, competente engenheiro-chefe da Subcomissão Técnica” (PACHECO, s.i, p. 9). Antes do convite para trabalhar na comissão goiana tinha atuado no Departamento de Estradas e Rodagens de Goiás – DER-GO como engenheiro-chefe.

Para a criação do mapa “Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral”, aproveitaram de uma planta do Distrito Federal, executada pelo DER-GO.⁴ Foi a partir dessa fonte que Joffre Mozart Parada em “co-autoria com o engenheiro Janusz Gerulewicz” (PACHECO, s.i, p. 78), também do DER-GO, elaboraram a “folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal” (PACHECO, s.i, p. 78), na escala 1:100.000. Sobre esta “folha cartográfica” é que foram lançadas “as divisas de todos os imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal” (PACHECO, s.i, p. 73), dando

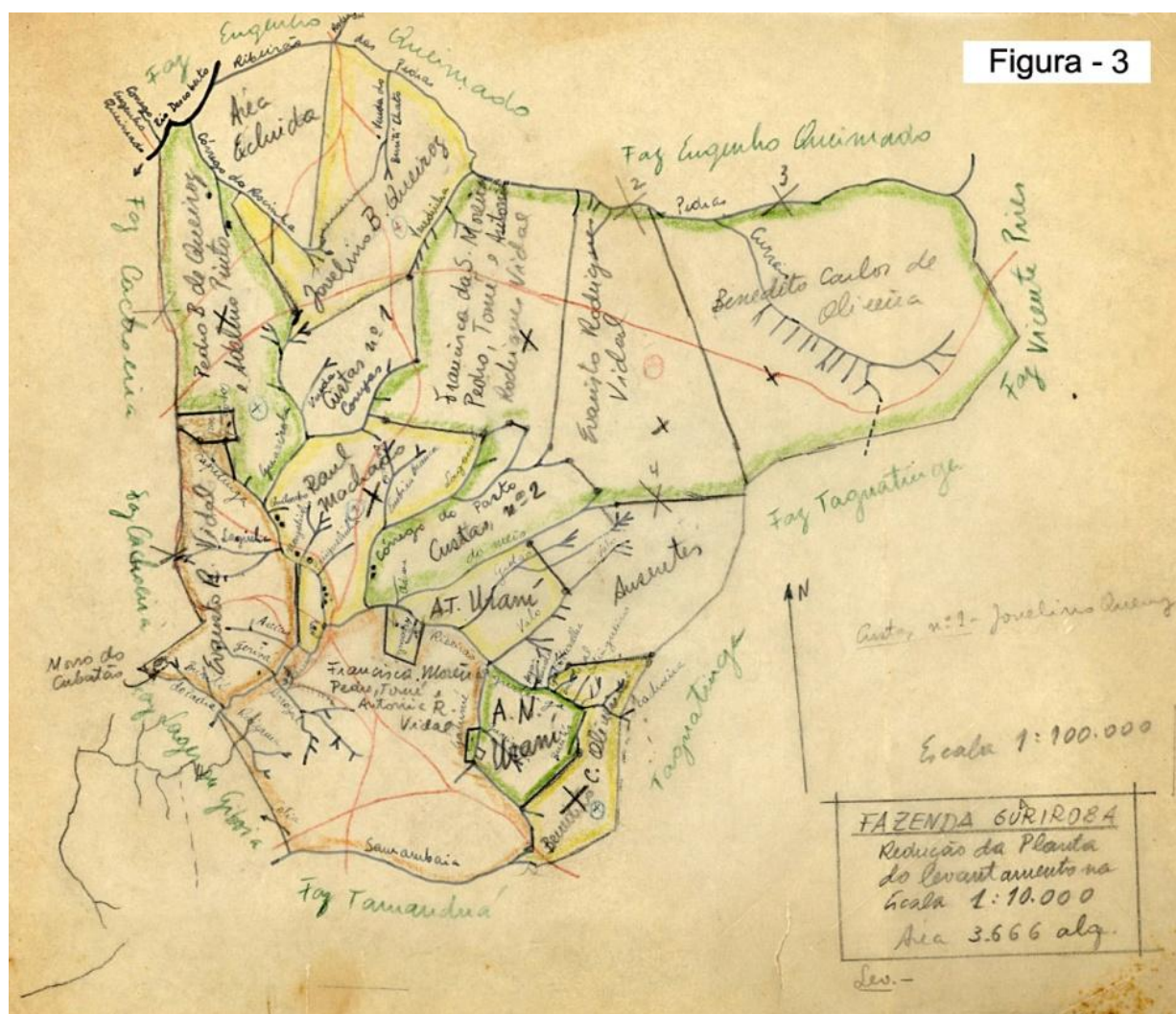
³ Arquelau Augusto Gonzaga era Promotor de Justiça da Comarca de Goiás.

⁴ Informação encontrada em uma folha manuscrita a lápis do Fundo Altamiro de Moura Pacheco da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal.

origem ao mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”, que reputamos como o primeiro do novo Distrito.

Além de servir de representação espacial dos limites das fazendas, o mapa servia também para que os fazendeiros pudessem "situar, a grosso modo, a fazenda nesta planta, citando a bacia do curso d'água maior na qual se situa a fazenda em questão." ⁵

Todo o trabalho de desapropriação começava primeiramente nos cartórios. Ali se procurava fazer o levantamento dos limites das propriedades, a partir do “estudo histórico e jurídico da cadeia dominial das fazendas situadas no Distrito Federal de Brasília” (PACHECO, s.i, p. 54), “conhecidas e definidas após o chamado Registro Paroquial” (PACHECO, s.i, p. 55). Cada uma dessas fazendas compreendia, pelos



⁵ Informação encontrada em uma folha manuscrita a lápis do Fundo Altamiro de Moura Pacheco da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal.



desdobramentos de compra e venda, doação, inventários, etc., dezenas de propriedades particulares.

Nesse processo, coube então a Joffre Mozart Parada, como chefe da Subcomissão Técnica da Comissão goiana, o trabalho de, “palmilhar a terra, em inúmeros casos, restaurar limites e divisas antigas, marcos remotos, acidentes naturais e referências físicas que a avalanche do progresso, consequente da construção da nova metrópole, vai em breve destruir para sempre” (JULIANO, 1958).⁶ A partir dessas informações cartoriais e da “discriminação geodésica de cada imóvel” (JULIANO, 1958), Joffre Mozart Parada criava seus mapas-rascunhos - (FIGURA 3) - que, depois de reduzidos para a escala 1:100.000, eram então representados no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”.

Os mapas-rascunhos permitem inferir que os limites de uma fazenda, representada no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”, não é propriedade de um único dono. São muitos donos dentro de uma única fazenda. Isso porque grande parte desses “imóveis primitivos”, leia-se “fazendas”, “nunca foram divididos, nem demarcados judicialmente” (PACHECO, s.i, p. 56). Há ainda muitos outros imóveis “sobre os quais há mais de cem anos nenhum documento tornado público se assinou, nenhum inventário se realizou” (JULIANO, 1958). Segundo os documentos da comissão de cooperação goiana, esse fato ocorreu porque depois da grande corrida em



⁶ Tomamos a liberdade de usar uma lista de atividades descritas no relatório de Domingos Juliano, Promotor de Justiça da Comarca de Goiânia, para caracterizar as atribuições do chefe da Subcomissão técnica.



meados do Século XIX para fazer o Registro Paroquial, “se seguiu um período de desinteresse quase generalizado pela apuração de títulos e liquidação judicial de herança e legados” (JULIANO, 1958).

Metodologicamente, para o trabalho de representação dos limites das fazendas no mapa “Novo Distrito Federal”, Joffre dividiu as propriedades em três “categorias”, tendo em vista que cada uma exigia um tipo de abordagem diferente para a desapropriação e representação cartográfica: a) Imóveis que foram divididos das antigas fazendas e que tinham mapas; b) Imóveis que também foram divididos das antigas fazendas, mas que não tinham mapas; c) Imóveis que não foram divididos, cujos limites foram “definidos somente pelos Registros Paroquiais efetuados no intervalo compreendido entre os anos de 1856 e 1858” (PACHECO, s.i, p. 72). Todo esse trabalho era quase sempre previamente descrito em folhas separadas para cada “gleba”.

Assim, todo o complexo trabalho de levantamento de cada propriedade era logo seguido de uma “redução” na escala 1:100.000 e inserida no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” que aos poucos foi ficando bordado de fazendas.

Algumas vezes o trabalho da comissão de desapropriação foi facilitado pela presença de mapas das fazendas e de “glebas”⁷ elaborados por topógrafos práticos da região, caracterizados por Joffre como “imóveis divididos com plantas” (PACHECO, s.i, p. 71-75). (FIGURA 4)

Para finalizar esses apontamentos sobre o processo de criação do primeiro mapa do Distrito Federal, enquanto produzíamos este artigo saiu uma publicação sobre a vida de Joffre Mozart Parada na qual consta que as cores que representam as linhas divisórias das fazendas do referido mapa foi trabalho de Mercedes Ribas Parada, esposa do engenheiro Joffre Mozart Parada. Devido à relação direta com o objeto de estudo desse artigo, citaremos: “A colaboração de Dna. Mercedes, naquele momento em que se construíam as bases físicas da Capital, foi de fundamental importância. A constatação desse trabalho ficou registrada no primeiro mapa do Distrito Federal, desenhado e pintado por ela” (TUBINO, 2015, p. 153). Sem dar maiores detalhes, a colaboração também é confirmada pelo presidente da

⁷ Documentos cartográficos encontrados no Fórum da Comarca de Planaltina-GO, cujas cópias digitais fazem parte da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal.



comissão goiana: “agradecimentos à exma. Sra. D. Mercedes Ribas Parada, desenhista” (PACHECO, s.i, p. 91).

Conclusão

Ao concluirmos esse trabalho, voltemos nossa atenção para uma referência, repetida muitas vezes, mas não aprofundada adequadamente. Quando comentávamos sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, afirmamos que o levantamento jurídico das fazendas era feito a partir dos “Registros Paroquiais”. Mas qual a consequência disso na representação do primeiro mapa do Distrito Federal?

A consequência é que os limites das fazendas deste primeiro mapa foi construído a partir das referências indicadas pelos proprietários goianos em suas Paróquias, por ocasião do chamamento do governo imperial, na implementação das exigências da Lei de Terras, durante a década de 1850 (AGUIAR, 2003).

Portanto, com algumas raras exceções (PACHECO, s.i, p. 77), a visão do território do novo Distrito Federal representado era a de meados do século XIX. Nesse sentido, o mapa de Joffre Mozart Parada é, principalmente, um espelho do passado e não uma representação do presente, entendido aquele do período de 1955/1958.

Na busca por conhecer a cadeia dominial das propriedades a partir dos Registros Paroquiais, ocasião em que saíram do domínio público para o particular, o mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” criou uma ficção de representação espacial, pois o representado, as fazendas, enquanto de um único proprietário e com os limites indicados no mapa de Joffre Mozart Parada, não mais existiam no tempo em que a peça cartográfica foi produzida. As fazendas estavam divididas em dezenas de glebas com seus respectivos proprietários. O fato de comprarem uma gleba dentro de uma fazenda não os levava a se considerarem não mais pertencendo à fazenda. Essas fazendas tinham, portanto uma força inercial de identidade que merece ser estudada.

Sendo assim, o mapa não representava as propriedades que de fato existiam juridicamente, ou seja, as centenas de glebas que foram desapropriadas no Distrito Federal de Brasília. É importante chamar a atenção para este aspecto a fim de que o



nosso olhar não interprete essa peça cartográfica de forma anacrônica, tentando ver nela um tempo que não lhe pertence. O próprio Joffre Mozart Parada, em seu relatório, já no final dos trabalhos quando dava os últimos retoques no mapa, chama a atenção para isso: “É nosso dever esclarecer, aqui, que [...] a nossa função primordial era a da verificação de áreas, e caracterização das divisas e das confrontações de glebas de terra, e não, propriamente, a da medição definitiva e última das superfícies das fazendas” (PACHECO, s.i, p. 75). (Cf. FIGURA 3)

Por fim, cabe uma última questão. Por que esse primeiro mapa não teve a divulgação merecida? Como são tantas as variáveis possíveis, aqui entramos numa zona hermenêutica bastante subjetiva e complexa. Arrisco-me a dar meu ponto de vista.

A nova capital, Brasília, nascia sobre o signo da modernidade. Sua construção era alardeada como a chegada do progresso para uma região onde um dos primeiros historiadores afirmava que “nada, absolutamente nada havia neste imenso território” (SILVA, 1970, p. 108). A narrativa era apresentada, principalmente, como o desfile de heróis, personificados em Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão... os quais estavam promovendo o encontro do Sertão com o seu “verdadeiro destino”, que eles entendiam, não realizado até aquele momento. O novo Distrito Federal era um lugar de demografia extremamente rarefeita e, portanto, um ambiente privilegiado para fazer renascer os altos destinos da nação.

Ora, o mapa criado por Joffre Mozart Parada contradizia diretamente essa perspectiva “niilista” do espaço onde nascia a nova Capital. Ao “cartografar” pela primeira vez o espaço do novo Distrito Federal colocando a cidade-capital rodeada por dezenas de antigas fazendas, Joffre Mozart Parada, inconscientemente, e exatamente por isso com maior valor, afrontava o discurso modernista dos que chegavam. Aquele primeiro mapa, de fato, não fora produzido como uma peça retórica defensiva contra a modernidade. Apenas apresentava, numa perspectiva de tempo longo, o tempo das fazendas, revelando que naquele território não havia “deserto” nenhum. Seu mapa manifestava que não havia contradição entre a moderna concepção urbana e arquitetônica da nova capital que nascia e as velhas



casas de fazendas que ali se encontravam há centenas de anos, com a rica e singular cultura dos que as habitavam.

Portanto, o tipo de perspectiva manifestado na representação humanista do primeiro mapa do Distrito Federal entrava em colisão direta com o discurso civilizatório dos que chegavam. O tempo do litoral não conseguiu perceber a riqueza do tempo sertanejo. Essa contradição de fundo teria relegado o mapa ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás – estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: UFG, 2003.

GONZAGA, Arquelau Augusto. *Relatório. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz*. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

GUIMARÃES FILHO, Augusto. *Depoimento. Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

JULIANO, Domingos. *Relatório. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz*. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

PACHECO, Altamiro de Moura. *Primórdios de Brasília*. Goiânia: Líder, s/i.

SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília - as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE – Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília, um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Editora de Brasília Ltda, 1970.

TUBINO, Nina. *Uma luz na história*. Goiânia: Kelps, 2015.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS:

Figura 1: MAGALHÃES, Clóvis. Novo Distrito Federal. Atlas do Brasil – Geral e Regional. Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1960.

Figura 2: PARADA, Joffre Mozart. Novo Distrito Federal – Planta índice cadastral. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

Figura 3: PARADA, Joffre Mozart. Fazenda Guariroba. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

Figura 4: LOULY, Deodato do Amaral. Planta da Fazenda Sobradinho, termo de Planaltina. Fundo Fórum da Comarca de Planaltina – GO. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.